

**MADEIREIRA THOMASI S.A. CNPJ: 81.637.431/0001-65**

RELATÓRIO DA DIRETORIA O ano de 2021 foi positivo para o setor madeireiro de maneira geral, em virtude da demanda aquecida dos mercados externo e interno por produtos madeireiros, resultante da crescente demanda pela construção civil mundial, promovida por estímulos governamentais para enfrentar a COVID-19. Além disso, houve uma lenta retomada da normalidade de trabalho, uma vez que a vacinação em massa virou realidade frente à população mundial. A baixa oferta de produtos madeireiros enfrentou a alta demanda de mercado nesse período, aliada a uma cadeia de suprimentos desbalançada. Evidenciou-se a alta dos custos de insumos de produção, em especial das toras de pinus, resinas fenólicas, aço e papéis para embalagens e, por consequência, a necessária valorização e repasse em preços dos produtos finais. A incerteza dos mercados, evidenciada pelos agressivos aumentos dos custos de produção, levou a Madeiraira Thomasi S.A. a adotar a estratégia de manter o ritmo de produção de sua unidade industrial conforme sua capacidade de produção instalada, objetivando garantir de forma sustentável a produção projetada, visando a preservar a disponibilidade do seu ativo florestal futuro. O abastecimento da unidade fabril foi realizado, ao longo de 2021, com 77% de toras próprias complementada com 23% de toras do mercado. Essa cota de abastecimento contribuiu para que a empresa se mantivesse competitiva no nicho de mercado de compensados em que atua, visto que as toras de Pinus demandadas do mercado apresentaram altas significativas, trazendo a preços proibitivos para compra o preço das toras de pinus de diâmetro de 24cm a 32cm com idade mínima de 16 anos, o principal sortimento consumido pela indústria. A alta demanda de mercado para produtos como serrados e molduras, os quais tiveram maior destaque nas exportações durante 2021, provocou aumentos expressivos nos preços para todos os sortimentos de toras, em especial para a madeira do sortimento menor que 23 cm. Tal estratégia de produção se fez necessária em razão da grande dificuldade em conviver com os novos parâmetros da logística mundial, mercados pelo aumento relevante do custo de frete marítimo, motivado pela baixa da disponibilidade navios e containers, situação causada por restrições da COVID-19 nos principais portos do mundo. Outros fatores, não menos importantes, para a valorização desse sortimento foram a demanda e a valorização da celulose no mercado externo, conjugadas com o início de novas linhas de produção de empresas do setor de MDF, celulose e papel, resultando em forte competição por matéria prima por estes grandes players do mercado, os quais visam a garantir a madeira necessária para abastecimento futuro. Os fatores expostos acima fizeram com que houvesse um incremento do custo operacional florestal –leia-se corte, carregamento e transporte – na ordem de 30%, justificado principalmente pela alta dos combustíveis.

Dessa forma, os valores das toras carregadas no caminhão e posto indústria aumentaram significativamente, resultando no repasse de custo operacional à ponta comprador, o que fez com que a rentabilidade do mercado madeireiro diminuiu significativamente. Em 2021 foram realizados investimentos na implantação florestal de 132 hectares de Pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos, o qual foi atualizado com base em levantamento de dados de inventário florestal controlado. Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantios realizados nos anos de 2019/2020/2021, com intervenções e tratamentos silviculturais necessários, visando a garantir o incremento sustentável da floresta. O custo de formação florestal, leia-se implantação e suas manutenções, sofreu aumento (RS/ha) na ordem de 50% quando comparado com o ano de 2020, tendo relação direta com a inflação do período e com o aumento do custo da mão de obra e dos insumos como, mudas, herbicida e combustíveis. Contribuindo para o futuro da gestão dos ativos florestais da empresa, iniciou-se a implantação do sistema de gestão florestal Kersley, o qual contribuirá para a otimização da gestão de processos operacionais, bem como com o histórico de dados operacionais das propriedades. Olhando adiante, acreditamos que o setor industrial tende a enfrentar ventos desfavoráveis em 2022, impactando negativamente nos resultados financeiros. Taxas de juros crescentes a nível mundial, demanda instável devido à alta da inflação mundial promovida pela baixa oferta de produtos e os excessivos estímulos governamentais durante o período da pandemia, acarretaram excesso de liquidez de moeda em circulação, e por consequência, níveis inaceitáveis de inflação, que corrompem a renda do trabalhador e seu respectivo poder de compra. Persistem instabilidade na cadeia e suprimentos e altos custos de logística, energia e insumos. ALIADOS INDEPENDENTES Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes Sampa, no exercício de 2021, somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações contábeis. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA** Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 17 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório da Sampa Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. AGRACEDIMENTOS Dessejam expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento. **Maria Veronica Longo Diretora**

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	14.501.606	9.936.649	18.961.658	17.665.881
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>				
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>				
Perdas Eventuais	(39.912)	(21.758)	(39.912)	(21.758)
Varição do Valor Justo dos Ativos Biológicos	2.829.640	3.176.135	2.829.640	3.176.135
Custos das Mercadorias Vendidas	(9.118.372)	(8.215.389)	(10.738.864)	(9.817.575)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>8.172.962</b>	<b>4.875.637</b>	<b>11.012.522</b>	<b>11.001.883</b>
Recargas (Despesas) Operacionais	(1.153.249)	(654.258)	(1.153.249)	(654.258)
Despesas Comerciais	(2.308.301)	(2.074.081)	(3.340.616)	(3.251.803)
Despesas Gerais e Administrativas	(255.973)	(246.487)	(255.973)	(255.973)
Remuneração dos Administradores	(1.845.513)	(1.82.186)	(304.454)	(348.817)
Despesas Tributárias	(1.134.233)	(1.134.233)	(1.134.233)	(1.134.233)
Participação em Controlada	(2.308.301)	(2.308.301)	(2.308.301)	(2.308.301)
Outras Recargas (Despesas)	(27.300)	(27.300)	(27.300)	(27.300)
<b>Total das Recargas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(2.378.203)</b>	<b>(1.033.116)</b>	<b>(4.991.902)</b>	<b>(4.586.552)</b>
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>5.794.759</b>	<b>5.908.753</b>	<b>6.020.620</b>	<b>6.415.331</b>
Recargas Financeiras	652.313	1.259.835	657.070	1.265.462
Despesas Financeiras	(599.373)	(2.637.071)	(608.107)	(2.645.936)
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>5.847.699</b>	<b>4.531.517</b>	<b>6.069.583</b>	<b>5.034.857</b>
Imposto de Renda	(648.307)	(716.126)	(716.126)	(136.995)
Contribuição Social	(242.031)	(290.828)	(290.828)	(85.899)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>5.062.629</b>	<b>4.812.863</b>
Resultado por lote de 1000 ações	1,63	4,49	1,67	1,58
<b>Atribuível a:</b>				
Acionistas controladores			4.957.361	4.531.517
Acionistas não controladores			105.268	281.346

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro (em reais)					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	212.858	547.897	220.651	550.541
Contas a Receber	5	3.358.909	701.533	7.411.650	2.872.221
Impostos a Recuperar	6	2.806.180	2.983.480	2.851.407	3.028.707
Estoques	7	2.978.748	924.597	2.978.748	924.597
Valores em garantia	-	-	-	80.716	80.716
Despesas Antecipadas	12	11.728	11,15	13.341	11.782
Outras Contas a Receber	-	794.874	257.546	882.174	344.843
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>10.164.297</b>	<b>5.426.168</b>	<b>14.438.687</b>	<b>7.813.407</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Partes Relacionadas	8	1.864.585	3.657.926	1.668.516	3.657.926
Impostos a Recuperar	6	-	-	60.462	60.462
Depósitos Judiciais	-	9.648	40.665	9.928	40.945
Indenizações a Receber	-	12.195	12.195	12.195	12.195
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.886.428</b>	<b>3.710.786</b>	<b>1.751.101</b>	<b>3.771.528</b>
<b>Investimentos</b>	9	8.649.762	11.085.440	365.093	358.213
<b>Imobilizado</b>	10	32.413.114	33.587.157	38.143.063	39.273.139
<b>Intangível</b>	11	37.798	16.948	37.798	16.948
<b>Ativo Biológico</b>	12	20.695.668	17.917.129	20.695.668	17.917.129
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>63.682.770</b>	<b>66.317.460</b>	<b>60.992.723</b>	<b>61.337.559</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>73.847.067</b>	<b>71.743.628</b>	<b>75.431.410</b>	<b>69.150.966</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro - método indireto (Em Reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>5.062.629</b>	<b>4.812.863</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados (em reais)							
Em 31 de dezembro de 2021	Reserva de Lucros		Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Controladores	Participação Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva de Capital					
3.038.715	-	465.950	2.448.822	157.598	9.866.238	1.757.918	19.586.029
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.531.517	-	4.531.517
Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos	-	-	-	3.176.135	(3.176.135)	-	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos	-	-	-	(1.079.886)	(1.079.886)	-	(1.079.886)
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	1.407.639	-	1.407.639	1.407.639
Realização do Custo Atribuído (amortização)	-	-	-	478.598	-	478.598	478.598
Tributos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído	-	-	-	(942.334)	320.394	320.394	-
Destinação para Reserva	-	-	-	-	3.705.355	(3.705.355)	-
Em 31 de dezembro de 2020	3.038.715	465.950	2.448.822	157.598	11.033.446	5.463.273	18.964.089
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.957.361	-	4.957.361
Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos	-	-	-	2.829.639	(2.829.639)	-	-
Tributos Diferidos sobre Ajuste ao valor Justo Ativos Biológicos	-	-	-	(962.077)	(962.077)	-	(962.077)
Realização dos Ativos Biológicos	-	-	-	(1.044.488)	1.044.488	-	1.044.488
Realização dos Tributos Diferidos sobre Ativos Biológicos	-	-	-	355.126	(355.126)	-	-
Realização do Custo Atribuído (amortização)	-	-	-	942.335	-	942.335	942.335
Tributos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	320.394	(320.394)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	195.623	-	195.623	195.623
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	4.401.102	(4.401.102)
Destinação para Reserva	-	-	-	-	4.401.102	(4.401.102)	-
Em 31 de dezembro de 2021	3.038.715	465.950	2.448.822	157.598	12.211.646	10.059.998	18.342.148

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro (Em Reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>5.062.629</b>	<b>4.812.863</b>
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>5.062.629</b>	<b>4.812.863</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro - método indireto (Em Reais)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>	<b>4.957.361</b>	<b>4.531.517</b>
Depreciações, amortizações e exaustão	1.258.584	1.213.761	1.311.117	1.264.929
Participação em não controladores	-	-	105.268	281.346
Resultado da equivalência patrimonial	(1.484.513)	(3.967.588)	-	-
Varição do Valor Justo - Ativos Biológicos	2.829.640	(3.176.135)	(2.829.640)	(3.176.135)
Realização do Valor Justo - Ativos Biológicos	1.044.488	1.407.639	1.044.488	1.407.639
Perdas dos Ativos Biológicos	(392.000)	601.289	606.951	601.289
Impostos diferidos - Avaliação Patrimonial	319.912	21.758	39.912	21.758
Ajuste de Exercícios Anteriores	(320.394)	320.394	(320.394)	320.394
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>	<b>195.623</b>	-	<b>195.623</b>	-
Contas a receber de clientes	(2.657.376)	(118.845)	(4.539.429)	(938.622)
Impostos a recuperar	177.300	(269.917)	177.300	(269.917)
Estoques	(2.054.151)	897.873	(2.054.151)	897.873
Despesas antecipadas	(1.613)	839	(1.561)	883
Outras contas	(506.311)	(32.903)	(506.311)	(31.903)
Fornecedores	613.008	(81.500)	282.684	254.080
Adiantamento de clientes	29.614	1.369	29.614	1.369
Obrigações sociais e trabalhistas	3.383	(10.201)	36.394	(7.690)
Obrigações tributárias	247.894	(695.047)	297.596	(679.568)
Provisão de contingências	-	-	-	(315.721)
Outras Obrigações	(70.001)	(18.457)	(607.017)	(18.457)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(749.881)</b>	<b>625.846</b>	<b>(560.161)</b>	<b>4.145.064</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Varição de Investimentos	-	(64.564)	-	(64.564)
Dividendos recebidos	3.920.191	-	-	-
Plano Ativo Biológico	(661.304)	(354.616)	(1.033.299)	(354.616)
Manutenção Ativo Biológico	(371.995)	(197.569)	-	(197.569)
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(105.391)	(343.158)	(201.891)	(361.058)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>2.781.501</b>	<b>(959.907)</b>	<b>(1.235.190)</b>	<b>(977.807)</b>
<b>FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Varição de Empréstimos e Financiamentos	(1.098.829)	(2.551.947)	(1.098.829)	(2.563.633)
Varição de Partes Relacionadas Ativo	1.793.341	-	859.589	-
Varição de Partes Relacionadas Passivo	(3.061.171)	3.401.986	1.989.410	(136.492)
Distribuição de Dividendos	-	-	(284.709)	-
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(2.366.659)</b>	<b>850.039</b>	<b>(1.465.461)</b>	<b>(2.700.125)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(335.039)</b>	<b>515.978</b>	<b>(329.890)</b>	<b>467.132</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>547.897</b>	<b>319.199</b>	<b>550.541</b>	<b>83.409</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>212.858</b>	<b>547.897</b>	<b>220.651</b>	<b>550.541</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma).**

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS A Companhia tem como atividade preponderante o beneficiamento de madeiras em geral. Operando no segmento de Agroindústria, produz chapas de madeira compensada. Atua no mercado interno, principalmente nas regiões Sudeste e Sul e no mercado externo, abrangendo América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. O regime de tributação da Companhia é Lucro Real. **NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em atendimento a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941/09 (anteriormente Medida Provisória 449/08). A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 20 de abril de 2022. <

Madeira Thomasi e os arrendatários, Guilherme Damiani Ranssolin, Leandro Damiani Ranssolin, Leonardo Damiani Ranssolin, fica estabelecido que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o Arrendador e 50% (cinquenta por cento) para o Arrendatário. O contrato foi firmado em 2019 e tem vigência até 2049, 2 ciclos florestais de 15 anos. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. 12.1 Resultado da avaliação dos ativos biológicos na adoção inicial - Foi contratada empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a valor justo dos ativos biológicos na adoção inicial no exercício de 2016. Como resultado da avaliação realizada pela empresa especializada, abaixo apresentamos os ativos biológicos a valor justo, apurado na "adoção inicial", considerando a proporção estabelecida nos contratos de arrendamento para os ativos biológicos implantados em terras de terceiros e para aqueles implantados em suas próprias terras.

	2021	2020
<b>Valor Justo Ativo Biológico</b>		
Pinus/ Eucalipto	18.502.492	16.717.341
<b>Total Base de Cálculo Avaliação Valor Justo</b>	<b>18.502.492</b>	<b>16.717.341</b>
IRPJ (25%)	(4.625.623)	(4.179.335)
CSLL (9%)	(1.665.224)	(1.504.561)
<b>Valor Reserva de Ativos Biológicos</b>	<b>12.211.645</b>	<b>11.033.445</b>

**12.2 Produção em terras de terceiros** A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até 30 de dezembro de 2023. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 94% da área total com ativos biológicos da Companhia. 12.3 Premissas para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos - Adoção inicial e revisões posteriores: a) O valor justo dos ativos biológicos foi determinado a preço de mercado, levando em consideração os dados de inventário florestal e a prognose calculada através dos sistemas SISPINUS e SISEUCALYPTUS, desenvolvido pela EMBRAPA, b) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos; c) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a taxa de juros praticada no mercado nacional; d) O valor da madeira foi fixado pela tabela de preços de mercado, evadando-se em consideração os sortimentos a serem obtidos nos desbastes (cortes sistemático-seletivo e corte seletivo) e no corte final da floresta; e) Diferentemente de culturas agrícolas, as florestas não possuem sistemas de produção fixos. Cada povoamento exige um manejo específico, que envolve tratamentos variados como desbastes de diferentes tipos, intensidades e épocas, e variações na idade do corte final. Estes tratamentos variam em função de fatores como: objetivo industrial da produção, qualidade do local (solo, clima), material genético, espaçamento e densidade; f) São determinados os custos das manutenções e do manejo dos reflorestamentos, a partir da implantação até a rotação final 20 (vinte) anos para o gênero Pinus e de 12 (doze) anos até 17 (dezanove) anos para o gênero Eucalyptus; g) Os custos de implantação e manutenção correspondem ao plantio das mudas e aos tratos silviculturais, de proteção contra pragas e doenças e das operações de vigilância dos reflorestamentos, nos períodos compreendidos entre os desbastes necessários à formação dos reflorestamentos a até corte final; h) Sobre o valor presente líquido (VPL) foi aplicada a porcentagem do ativo biológico pertencente a Madeira Thomasi S/A, daqueles ativos biológicos implantados em terras de terceiros, através dos contratos de arrendamento das terras; i) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações. Para estas revisões é contratada empresa especializada para emissão dos laudos técnicos. NOTIA 13 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores Nacionais	538.965	376.690	574.072	742.121
Fornecedores Estrangeiros	450.733	-	450.733	-
<b>Total de Fornecedores</b>	<b>989.698</b>	<b>376.690</b>	<b>1.024.805</b>	<b>742.121</b>

**NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>Taxa de Juros</b>				
Banco do Brasil - Câmbio (4,5% a 5,9% a.a.)	-	766.433	-	766.433	-
Banco Itaú - Câmbio (6,9% a.a.)	-	263.429	-	263.429	-
Banco Bradesco - Câmbio (6,5% a.a.)	-	-	-	-	-
Banco Bradesco - Veículo (0,91% a.m.)	34.483	68.967	34.483	68.967	
<b>Total Circulante</b>	<b>34.483</b>	<b>1.098.829</b>	<b>34.483</b>	<b>1.098.829</b>	
<b>Não Circulante</b>					
Banco Bradesco - Veículo (0,91% a.m.)	-	34.483	-	34.483	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>34.483</b>	<b>34.483</b>	<b>34.483</b>	<b>34.483</b>	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>34.483</b>	<b>1.133.312</b>	<b>34.483</b>	<b>1.133.312</b>	

**NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Folha de Pagamento - Matriz	115.860	89.777	117.780	91.697
Honorários de Diretoria a Pagar	15.548	14.564	61.768	35.211
INSS a Recolher - Matriz	23.216	18.580	39.760	27.770
INSS a Recolher - Terceiros	3.270	2.816	3.270	2.816
INSS Rural a Recolher	3.878	4.671	4.671	4.671
Funrural a Recolher	-	327	-	327
SENAR - Serv. Nac. de Aprendizagem Rural	1.743	1.401	1.743	1.401
FGTS a Recolher - Matriz	18.517	14.707	18.769	14.958

Provisão férias	312.778	240.058	317.163	244.359
Rescisões Contratuais a Pagar	-	-	280	280
Pensão Judicial a Pagar	441	418	441	418
Indenizações Trabalhistas a Pagar	-	104.308	-	104.308
Sindicato Trabalhadores de U da Vitória	835	876	835	876
<b>Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>	<b>496.086</b>	<b>492.703</b>	<b>565.687</b>	<b>529.292</b>

**NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>				
Provisão p/ Imposto de Renda	209.509	-	260.504	26.176
Contribuição Social s/ Lucro	77.583	-	123.478	23.558
IRRF s/ Folha de Pagamento	22.755	17.545	48.314	32.213
IRRF s/ Prestação de Serviços	1.236	1.243	1.371	1.483
COFINS Retido na Fonte	404	681	404	1.165
PIS Retido na Fonte	87	148	87	253
CSLL Retido na Fonte	135	227	225	388
INSS Retido s/ Prestação de Serviços	4.015	2.215	4.015	2.215
ISS Retido na Fonte	3.440	-	3.440	-
PIS a Recolher	110	1.240	169	1.240
COFINS a Recolher	514	5.715	784	5.715
Parcelamento Simplificado PGFN - CSLL	7.700	7.700	7.700	7.700
Parcelamento Simplificado Multa Isolada	-	-	8.499	8.220
Parcelamento Simplificado - PIS	47.083	45.401	47.083	45.401
<b>Total Circulante</b>	<b>374.571</b>	<b>82.115</b>	<b>505.873</b>	<b>155.729</b>
<b>Não Circulante</b>				
PIS a Recolher	1.314	1.314	1.314	1.314
COFINS a Recolher - Matriz	1.275	1.275	1.275	1.275
COFINS a Recolher - Curitiba	1.058	1.058	1.058	1.058
COFINS a Recolher - Filial	320	320	320	320
Parcelamento Simplificado Multa Isolada	-	-	7.083	15.069
Parcelamento Simplificado - PIS	129.477	174.039	129.477	174.039
<b>Total de Não Circulante</b>	<b>133.444</b>	<b>178.006</b>	<b>140.527</b>	<b>193.075</b>
<b>Total de Obrigações Tributárias</b>	<b>508.015</b>	<b>260.121</b>	<b>646.400</b>	<b>348.804</b>

**NOTA 17 – IMPOSTOS DIFERIDOS** Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda Diferido-AAP	6.947.784	7.183.367	6.947.784	7.183.367
Contribuição Social Diferida-AAP	2.501.203	2.586.013	2.501.203	2.586.013
Imposto de Renda Diferido - AVJ	4.625.623	4.179.336	4.625.623	4.179.336
Contribuição Social Diferida - AVJ	1.665.224	1.504.561	1.665.224	1.504.561
<b>Total de Impostos Diferidos</b>	<b>15.739.834</b>	<b>15.453.277</b>	<b>15.739.834</b>	<b>15.453.277</b>

**NOTA 18 – CONTINGÊNCIAS** A Companhia e suas controladas possuem as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos: a) **Processo nº 0004854-57.2008.8.24.0052** Em decisão, há prazo para manifestação de Vilmar de Lima visto e reconhecimento do parentesco com o autor. Processo migrado para EPROC. Intimação ao Autor para dar prosseguimento no feito. Valor estimado em R\$ 5.000. (2º VC Porto União/SC (João Carlos Franco) b) **Processo nº 0004775-78.2008.8.24.0052** Reconhecida a conexão entre os autos da usucapião, interdito proibitório e reintegração de posse, em fase de instrução processual. Fica julgado em primeira instância. Valor da causa em R\$ 4.314.71. d) **Processo nº 0013139-37.2019.8.16.0194** Trata-se da ação de dissolução parcial de sociedades ajuizada pelo Espólio de Antonio Roque Thomasi, autuada sob o nº. 0013139-37.2019.8.16.0194, e que tramita perante a 22ª Vara Cível de Curitiba. Inicialmente, foi concedida parcialmente a antecipação de tutela pedida pela parte contrária. Para autorizar desde logo a aplicação de alguns efeitos da dissolução por ela pretendida. As Companhias interuseram agravo de instrumento em face dessa decisão, o qual, num primeiro momento, foi desprovido, mas, em provido a embargos de declaração, resto acolhido, para reformar a decisão que concedera a liminar. Na vara de origem, foi apresentada contestação e arguida a incompetência do juízo, o que recentemente foi acolhido, com a determinação de remessa dos autos à Comarca de União da Vitória. Posteriormente, foi acolhida a preliminar de litisconsórcio necessário, com o que sobreveio a apresentação de contestação por parte dos demais acionistas das companhias. No momento, o processo aguarda decisão de saneamento. A autora atribuiu à ação o valor de R\$ 100.000,00. Não houve a formulação de pretensão concreta relativamente ao valor dos haveres pretendidos, mesmo porque se discute, antes, o próprio cabimento do pedido de dissolução. Não há, no momento, honorários advocatícios vencidos, pendentes de recebimento. e) **Processo nº 10940.72462/2021-92** Trata-se de processo administrativo para apuração de lançamento menor do ITR de 2016 da Fazenda Gruda. A discussão é sobre o valor da terra nua e área de preservação permanente. Decisão administrativa apresentada em 13/08/2021. Foi acolhido em partes nosso pedido. Multa foi reduzida para R\$ 764,78 (setecentos e sessenta e quatro reais, setenta e oito centavos). O valor será pago. O valor da multa é de R\$ 69.608,53 (sessenta e nove mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e três centavos). f) **Processo nº 10940.72462/2021-37** Trata-se de processo administrativo para apuração de lançamento menor do ITR de 2017 da Fazenda Gruda. A discussão é sobre área de preservação permanente. Decisão administrativa apresentada em 13/08/2021. Não acolhida defesa. Apresentamos reconsideração no dia 10/03/2022. O valor da multa é de R\$ 36.969,43 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais, quarenta e três centavos) valor atualizado da multa e de R\$ 43.008,06 (quarenta e três mil e oito reais e seis centavos) g) **Processo nº 10940.72462/2021-81** Trata-se de processo administra-

tivo para apuração de lançamento menor do ITR de 2018 da Fazenda Gruda. A discussão é sobre área de preservação permanente. Decisão administrativa apresentada em 13/08/2021. Não acolhida defesa. Apresentamos reconsideração no dia 10/03/2022. O valor da multa é de R\$ 89.333,06 (oitenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e seis centavos). O valor atualizado da multa é de R\$ 103.924,85 (cento e três mil novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos). **NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO** a) **Capital Social** O capital social é composto por 3.038.715 ações ordinárias nominativas totalmente integralizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. b) **Reservas de lucros** (i) **Reserva Legal** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após as devidas deduções, até atingir o limite de 20% do capital social. (ii) **Retenção de Lucros** Após a absorção dos prejuízos acumulados, constituição da Reserva Legal, províso para pagamento do dividendo mínimo de 25% do lucro líquido e das devidas deduções/transfêrencias realizadas, os saldos remanescentes de lucros acumulados foram destinados para Reserva de Retenção de Lucros conforme proposta da diretoria a ser aprovada pela Assembleia Geral. (iii) **Reserva de Ativos Biológicos** Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos. O objetivo na criação da nova reserva, foi de constituir um instrumento que permitisse de forma transitória a manutenção dos efeitos do valor justo dos ativos biológicos até que sejam realizados financeiramente, passando nesse momento a compor a base de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. e) **Ajustes de Avaliação Patrimonial** Foi constituída em função de a Companhia e suas controladas terem avaliado determinadas classes de ativos imobilizados ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. d) **Dividendos** Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia e suas controladas, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia e de suas controladas. A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento de cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Em complemento à criação da Reserva de Ativos Biológicos mencionada acima e ao objetivo de assegurar aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos sobre os lucros economicamente realizados, a Administração propôs a alteração na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em seu estatuto social, contemplando as constituições, reversões e realizações da Reserva de Ativos Biológicos, para composição do lucro base do exercício, assegurando aos acionistas o direito no recebimento de 25% do lucro ajustado em cada exercício. **NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Recargas de Vendas</b>				
Vendas - MI - PP - Constr.Civil	588.186	175.045	588.186	175.045
Vendas de Toras	971.069	691.827	971.069	691.827
Vendas de Erva Mate	3.983	13.176	3.983	13.176
Vendas de Soja	-	-	2.899.587	6.184.727
Vendas - ME - PP - Constr.Civil	13.241.230	9.282.455	13.241.230	9.282.455
Arrendamento Rural	-	-	1.619.580	1.602.186
<b>Total de Receita de vendas</b>	<b>14.804.468</b>	<b>10.162.503</b>	<b>19.323.635</b>	<b>17.949.416</b>
<b>Deduções da Receita</b>				
(-) ICMS s/Vendas	(72.987)	(16.761)	(72.987)	(16.761)
(-) PIS s/Vendas	(24.242)	(14.382)	(34.769)	(24.797)
(-) COFINS s/Vendas	(111.665)	(66.248)	(160.253)	(114.314)
(-) Caneç. Devol. de Mercaç. - MI e ME	(93.968)	(128.463)	(93.968)	(128.463)
<b>Total de Receita Líquida</b>	<b>14.501.606</b>	<b>9.936.649</b>	<b>18.961.658</b>	<b>17.665.081</b>

**NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Descontos em Obratos	43.913	25.654	43.917	25.654
Juros Rec. p/Ativos	137	780	137	780
Variação Cambial Ativa	588.228	1.117.126	588.228	1.117.126
Receita s/Aplicações Financeiras	19.093	11.916	23.846	17.538
Variação Monetária Ativa	942	104.359	942	104.359
Multa e Juros Ressarcidos	-	-	-	5
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b>652.313</b>	<b>1.259.835</b>	<b>657.070</b>	<b>1.265.462</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Multas e Juros	(36.154)	(300.578)	(40.281)	(305.226)
Tariffs e Taxas	(20.460)	(21.304)	(23.089)	(24.216)
Imposto s/Oper. Financeiras-IOF	(14.752)	(6.814)	(15.034)	(7.231)
Despesas s/Encabimento de cambio	(16.087)	(23.548)	(16.087)	(23.548)
Variação Cambial Passiva	(507.843)	(2.279.407)	(507.843)	(2.279.407)
Acréscimos Legais	-	-	(628)	(22)
Variação Monetária Passiva	-	(3.420)	-	(3.420)
IRRF s/Aplicações Financeiras	(4.077)	(2.000)	(5.145)	(2.866)
<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b>(599.373)</b>	<b>(2.637.071)</b>	<b>(608.107)</b>	<b>(2.645.936)</b>

**NOTA 22 – COBERTURA DE SEGUROS (Não auditada)** Companhia e suas controladas informam que no exercício de 2021, não contrataram seguros para os bens patrimoniais, exceto os veículos/aeromoveis, mantendo apenas medidas preventivas de proteção para os demais bens. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos da atividade. **NOTA 23 – EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A Administração da MADEIREIRA THOMASI S.A. está acompanhando os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 em suas atividades, e até a emissão destas demonstrações financeiras, não identificou riscos à sua continuidade operacional, tampouco alterações em suas estimativas e julgamentos contábeis. Todos os protocolos da Organização Mundial de Saúde foram adotados para oferecer aos colaboradores um ambiente de trabalho seguro e com condições para o enfrentamento da Covid-19. A administração entende que as medidas adotadas foram suficientes para mitigar eventuais riscos de continuidade de suas operações, e vem acompanhando as informações divulgadas pelos órgãos governamentais e adota todas medidas sanitárias necessárias ao combate da pandemia.

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA MADEIREIRA THOMASI S.A.**

**PARER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO 2021** O Conselho Fiscal da Madeira Thomasi S.A., no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2021, e com base nos exames efetuados e considerando os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, pelos auditores independentes e com base no relatório da Sappia Auditores e Consultores sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, datado de 20/04/2022, opina que os referidos documentos estão em condições de serem examinados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária. União da Vitória, 29 de abril de 2022. Nívia Maria Kolling Kamchen - Conselheira - Sérgio Paulo Stahn - Conselheiro - Gerson Luis Calliani - Conselheiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Diretores e Acionistas da **MADEIREIRA THOMASI S.A.** União da Vitória - PR **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da MADEIREIRA THOMASI S.A., identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MADEIREIRA THOMASI S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MADEIREIRA THOMASI S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos** As demonstrações financeiras da MADEIREIRA THOMASI S.A. do exercício de 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável

pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detect

**AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A. CNPJ: 75.713.081/0001-76**

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em 2021, a empresa Agro Florestal São Caetano S/A manteve suas atividades de venda de madeira (toras de pinus) dentro dos conceitos mercadológicos e financeiros, atendendo ao princípio de sustentabilidade, seguindo sua capacidade de produção e reposição das florestas manejadas, objetivando a continuidade das operações florestais. Ao se tratar do mercado de venda de toras de pinus, a Agro Florestal São Caetano S/A foi favorecida, durante o ano de 2021, pela alta demanda dos mercados externo e interno por produtos madeiráveis, aliado a uma variação cambial favorável para o setor exportador, o que permitiu a valorização significativa de valor R\$/ton em pé das toras durante o período. Os custos operacionais florestais – leia-se corte, carregamento e transporte – aumentaram em torno de 30%, o que é justificado principalmente pela alta dos combustíveis. Dessa forma, os valores das toras carregadas no caminhão e posto indústria aumentaram significativamente, resultando do repasse de custo operacional para a ponta compradora. Os custos de implantação e manutenção para a formação da base florestal sofreram aumento na ordem de 50%, impactados pelo aumento dos custos de mão de obra e dos insumos, como mudas, herbicidas e combustíveis, em razão da inflação e da cadeia de suprimentos desbalançada. Foram implantados novos 132 hectares de floresta de Pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos e o volume de madeira movimentado foi respeitado de acordo com o contrato de parceria firmado entre Agro Florestal São Caetano S/A e Madeireira Thomasi S/A. Visando à condução sustentável do seu ativo florestal, foram prioritizados o uso de material genético melhorado de

alta produtividade na implantação de plantios e sob técnicas de manejo moderno e padrões de qualidade silviculturais, visando a alcançar IMA (Incremento Médio Anual) entre 40 a 45m³/por hectare ano. Especificamente na atividade florestal, a Agroflorestal São Caetano S.A. manteve em conformidade a parceria com a empresa Madeireira Thomasi S.A. através de gestão racional dos seus ativos biológicos, adotando práticas de gestão e controles através de plano plurianual de operação, considerando o orçamento anual de despesas e investimentos. Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantios dos anos de 2019/2020/2021, com as devidas intervenções silviculturais necessárias, visando a garantir o incremento desejado para a floresta. **AUDITORES INDEPENDENTES** Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes Sappia, no exercício de 2021, somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações contábeis. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA** Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório da Sappia Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **AGRADECIMENTOS** Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Maria Verônica Longo - Diretora

**Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro (em reais)**

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
<b>Fornecedores</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.234	1.818	Obrigações Sociais	9	28.712	17.361
Impostos a Recuperar	5	1.841	-	Obrigações Tributárias	10	25.682	26.339
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>6.075</b>	<b>1.818</b>	Otras Obrigações		15.314	36.994
<b>Total do Passivo Circulante</b>							
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
<b>Partes Relacionadas</b>							
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo		85	85	Impostos Diferidos	11	8.490.471	8.018.735
Depósitos Judiciais	6	9.243.972	8.384.383	Obrigações Tributárias	10	52.029	64.472
Partes Relacionadas				<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>8.882.750</b>	<b>8.423.457</b>
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>9.244.057</b>	<b>8.384.468</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Imobilizado</b>	7	<b>18.681.530</b>	<b>18.681.530</b>	Capital Social	12	1.328.759	1.328.759
<b>Ativo Biológico</b>	8	<b>6.634.460</b>	<b>5.250.121</b>	Reserva de Capital		1	1
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>24.315.990</b>	<b>13.931.651</b>	Reservas de Lucros		12.055.028	10.251.150
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>30.390.065</b>	<b>15.746.469</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.229.876	12.229.876
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>25.613.664</b>	<b>23.809.786</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>30.390.065</b>	<b>15.746.469</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais)**

Em 31 de dezembro de 2019	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros			
Resultado do Exercício	1.328.759	I	265.751	6.576.600	3.095.787	12.229.876	23.496.774
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos					559.547	(559.547)	
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo					(190.246)		(190.246)
Realização dos Ativos Biológicos					(195.733)	195.733	
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Imobilizado					66.550		66.550
Destinação do Resultado para Reservas			72.894			(72.894)	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.328.759</b>	<b>I</b>	<b>265.751</b>	<b>6.649.494</b>	<b>3.335.905</b>	<b>12.229.876</b>	<b>23.809.786</b>
Resultado do Exercício					1.803.878	(1.803.878)	
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos					1.393.808	(1.393.808)	
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo					(473.895)	473.895	
Realização dos Ativos Biológicos					(6.350)	6.350	
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Imobilizado					2.158	(2.158)	
Destinação do Resultado para Reservas			888.157			(888.157)	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.328.759</b>	<b>I</b>	<b>265.751</b>	<b>7.537.651</b>	<b>4.251.626</b>	<b>12.229.876</b>	<b>25.613.664</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)**

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS** A Agro Florestal São Caetano S/A, se dedica a extração de madeira em floresta plantada e floresta nativa e a agricultura de cereais e leguminosas, a pecuária de cria, de corte e leiteira, o plantio de florestas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. **NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as normas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 3.1 Ativos e Passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante prova, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. **3.2 Imobilizado** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. **3.2.1 Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos** Caso exista evidência clara de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perda. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **3.2.2 Imobilizado - custo atribuído (deemed cost)** Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização desses ativos. **3.3 Ativos biológicos** Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente do custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis. Os ativos biológicos correspondem a florestas de Pinus e Eucalyptus. Foi calculado o valor justo dos estoques de

de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

Demonstração do Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais)

Nota	2021	2020
<b>13</b>	<b>1.284.220</b>	<b>451.378</b>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.393.808	559.547
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(9.468)	(209.350)
Custo dos Produtos Vendidos	<b>2.668.560</b>	<b>801.575</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>333.555</b>	<b>(329.302)</b>
Recargas (Despesas) Operacionais	(28.175)	(13.970)
Despesas Administrativas	(18.807)	(3.678)
Despesas Tributárias	(370.537)	(346.950)
Outras Recargas (Despesas)	<b>2.398.023</b>	<b>454.625</b>
<b>Total das Recargas (Despesas) Operacionais</b>	<b>5.356</b>	<b>4.901</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(9.414)</b>	<b>(4.561)</b>
Despesas Financeiras	<b>14</b>	<b>14</b>
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>2.293.965</b>	<b>454.965</b>
IR/CS	(18.350)	(18.257)
IR/CS Diferidos	(471.737)	-
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>1.803.878</b>	<b>436.708</b>
Valor por lote de 1000 ações	1,36	0,33

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro (Em Reais)

Nota	2021	2020
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>1.803.878</b>	<b>436.708</b>
Outros resultados Abrangentes nas Controladas	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>1.803.878</b>	<b>436.708</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**3.4 Apuração do resultado** O resultado é apurado pelo regime de competência. **3.5 Estimativas contábeis** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza fiscal. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

NOTA 4 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

2021	2020	
Bancos	4.234	1.818
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	<b>4.234</b>	<b>1.818</b>

NOTA 5 – IMPOSTOS A RECUPERAR

2021	2020	
ICMS a Recuperar	1.841	-
Total de Impostos a Recuperar	<b>1.841</b>	<b>-</b>

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS ATIVO

2021	2020	
Madeireira Thomasi S.A.	9.120.147	8.260.558
Mítuos com Pessoas Ligadas	123.825	123.825
Total de Partes Relacionadas	<b>9.243.972</b>	<b>8.384.383</b>

A Agro Florestal possui um contrato de operação comercial com a companhia ligada Madeireira Thomasi S.A., refere-se às operações de venda de madeiras em pé para a companhia ligada. Os valores serão recebidos de forma parcelada, sem atualização ou encargos financeiros, conforme contrato que tem vencimento para janeiro de 2023.

NOTA 7 – IMOBILIZADO

Terrenos	Total
- Custo	18.681.530
- Em 31 de dezembro de 2021	<b>18.681.530</b>
- Custo	18.681.530
- Em 31 de dezembro de 2021	<b>18.681.530</b>

A Companhia reconhece baseada no laudo emitido um ajuste no ativo imobilizado de R\$ 18.530.115, em contrapartida o mesmo valor no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Avaliação Patrimonial. Na mesma oportunidade reconheceu os impostos diferidos no passivo não circulante no valor de R\$ 6.309.239 em contrapartida foi redutora do Patrimônio Líquido em Ajuste Avaliação Patrimonial, em decorrência da adoção inicial do custo atribuído. Os terrenos foram avaliados de acordo com o método comparativo de mercado, quando preconiza a norma NBR ABNT 14.653-3.

Custo Atribuído

2021	2020	
Terrenos Rurais	18.530.115	18.530.115
Total Base de Cálculo Custo Atribuído	<b>18.530.115</b>	<b>18.530.115</b>
IRPJ (25%)	(4.632.529)	(4.632.529)
CSLL (9%)	(1.667.710)	(1.667.710)
Valor Ajuste de Avaliação Patrimonial	<b>12.229.876</b>	<b>12.229.876</b>

**NOTA 8 – ATIVO BIOLÓGICO** Os saldos dos ativos biológicos da Companhia são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo, seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso e venda.

2021	2020	
Custo de formação dos Ativos Biológicos	192.603	195.721
Diferencial do Valor Justo	6.441.857	5.054.400
<b>Ativo Biológico</b>	<b>6.634.460</b>	<b>5.250.121</b>

**Movimentação do período**

2021	2020	
Saldo Anterior	5.250.121	4.899.925
Total Base de Cálculo dos Ativos Biológicos	(9.468)	(209.351)
Diferencial do Valor Justo	1.393.808	559.547
<b>Total Ativo Biológico</b>	<b>6.634.460</b>	<b>5.250.121</b>

**8.1 Resultado da avaliação dos ativos biológicos na adoção inicial** No exercício de 2016 foi contratada empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a valor justo dos ativos biológicos na adoção inicial, sendo os laudos aprovados pela Assembleia de Acionistas. Como resultado da avaliação realizada pela empresa especializada, abaixo apresentamos os ativos biológicos a valor justo, apurado na "adoção inicial", considerando a proporção de 40% correspondente aos ativos biológicos pertencentes a Agro Florestal São Caetano S.A.

Avaliação a Valor Justo

2021	2020	
Ativo Biológico Eucalyptus/ Pinus	6.441.857	5.054.400
Total Base de Cálculo Avaliação Valor Justo	<b>6.441.857</b>	<b>5.054.400</b>
IRPJ (25%)	(1.610.464)	(1.263.600)
CSLL (9%)	(579.767)	(454.896)
<b>Valor Reserva de Ativos Biológicos</b>	<b>4.251.626</b>	<b>3.335.904</b>

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

2021	2020	
Honorário da Diretoria	22.642	13.219
INSS a Recolher	5.985	3.390
INSS Rural a Recolher	-	667
Rescisões Contratadas a Pagar	85	85

**Demonstração dos Fluxos de caixa do exercício encerrado 31 de dezembro - método direto - (em Reais)**

2021	2020	
<b>FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.803.878</b>	<b>436.708</b>
Resultado do Exercício	6.350	195.733
Realização do valor justo dos ativos biológicos	3.118	13.617
Exaustão	(1.393.808)	(559.547)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	471.737	123.697
Imposto de renda e contribuição social diferidos		

**Variação nos Ativos e Passivos Operacionais**

Impostos a Recuperar	(1.841)	3.677
Fornecedores	(4.000)	(7.940)
Obrigações Sociais	11.351	(1.928)
Obrigações Tributárias - CP e LP	(13.100)	(129.724)
Otras Obrigações	(21.680)	(35.487)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>862.005</b>	<b>38.806</b>

**FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS**

2021	2020	
Variação com Partes Relacionadas	##REF##	(37.480)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	##REF##	(37.480)

**AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

2021	2020	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.818	492
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	<b>4.234</b>	<b>1.818</b>

**Total de Obrigações Sociais**

2021	2020
28.712	17.361

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

2021	2020	
PIS a Recolher	154	343
Cofins a Recolher	711	1.585
Contribuição Social a Recolher	937	2.476
Provisão p/Imposto de Renda	1.042	2.751
IR, R.F. s/Honorários da Diretoria	8.168	4.367
IR, R.F. s/Prestação de Serviços	-	148
PIS Retido na Fonte	3	63
COFINS Retido na Fonte	-	297
CSLL Retido na Fonte	4	99
INSS Retido na Fonte	143	143
Parcelamento Federal PERT - MP.783/2017	14.520	14.067
<b>Total de Obrigações Tributárias C.P.</b>	<b>25.682</b>	<b>26.339</b>
Parcelamento Federal PERT - MP.783/2017	52.029	64.472
<b>Total de Obrigações Tributárias L.P.</b>	<b>52.029</b>	<b>64.472</b>

NOTA 11

AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. CNPJ: 04.965.968/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ATIVO	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.793	2.644	Fornecedores	10	35.107 365.431
Contas a Receber	5	4.052.741	2.170.688	Obrigações Sociais	11	69.601 36.590
Impostos a Recuperar	6	45.227	45.227	Obrigações Tributárias	12	131.302 73.614
Despesas Antecipadas		613	665	Outros Créditos	13	677.018 -
Valores em garantia	7	80.716	80.716	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>913.028 475.635</b>
Outras Contas a Receber	8	87.300	87.300	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>4.274.390</b>	<b>2.387.240</b>	Provisão de Contingências	14	76.736 76.736
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				Obrigações Tributárias	12	7.083 15.069
Realizável a Longo Prazo				Empresas Coligadas	15	196.069 -
Depósitos Judiciais		280	280	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>279.888 91.805</b>
Partes Relacionadas		-	3.920.760	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Impostos a Recuperar	6	60.462	60.462	Capital Social	16	1.461 1.461
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>60.742</b>	<b>3.981.502</b>	Reserva de Capital		411.054 411.054
<b>Investimentos</b>		<b>300</b>	<b>300</b>	Reserva de Reavaliação		2.563.315 2.620.123
<b>Imobilizado</b>	9	<b>5.729.949</b>	<b>5.685.982</b>	Reservas de Lucros		5.896.635 8.454.946
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>5.790.991</b>	<b>9.667.784</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>8.872.465 11.487.584</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.065.381</b>	<b>12.055.024</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>10.065.381 12.055.024</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 2021 (em reais)						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.461	411.054	2.621.235	-	4.204.900	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.248.934
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.112)	-	-	1.112
Destinação para Reserva Legal	-	-	-	292	-	(292)
Destinação para Reservas	-	-	-	-	(4.249.754)	4.249.754
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1.461	411.054	2.620.123	292	8.454.654	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.589.781
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.112)	-	-	1.112
Ajuste Reserva de Reavaliação	-	-	(55.696)	-	-	55.696
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(4.204.900)	(4.204.900)
Destinação para Reservas	-	-	-	-	1.646.589	(1.646.589)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	1.461	411.054	2.563.315	292	5.896.343	-

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020. (Em reais)						
NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS						
A companhia tem como atividade preponderante, a extratividade agrícola, pecuária, a industrialização e comércio de tais produtos, as pesquisas, colonização, o comércio interno, arrendamento de terras, bem como o plantio e cultivo de sementes e mudas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. <b>NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. <b>NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 3.1 Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes</b> Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. <b>3.2 Imobilizado</b> O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e reavaliações de ativos. Os bens são depreciados pelo método linear, a taxas consideradas normais, estabelecidas em função da vida útil e econômica dos bens. <b>3.2.1 Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos</b> Caso exista evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deve imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. <b>3.2.2 Estimativas contábeis</b> A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes a provisões de natureza cívica e fiscal. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. <b>3.4. Compensação Entre Contas</b> Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensadas entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. <b>3.5 Empréstimos e financiamentos</b> Estão demonstrados pelos seus valores de contração, acrescidos dos encargos financeiros, que incluem juros, atualizações monetárias ou cambiais incorridas. <b>3.6 Vendas com preço a fixar - Soja</b> As operações de vendas com preços a fixar estão registradas nas receitas pelo valor das notas fiscais de venda, sem ajuste a valor de mercado, sendo o custo dos produtos vendidos provisionados pelo mesmo valor da venda, não produzindo qualquer efeito no resultado enquanto não forem efetuadas as fixações. <b>3.7 Arrendamento de terras rurais - Arrendador</b> A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. O arrendatário pagará diretamente ao arrendador, a título de aluguel das terras arrendadas uma proporção da produção, conforme contrato firmado entre as partes. O pagamento será feito mediante depósito das sacas de soja no armazém a ser indicado pelo arrendador, podendo também ser feito em moeda corrente nacional. <b>3.8 Apuração do resultado</b> O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.						

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2021	2020
Bancos	7.793	2.644
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.793</b>	<b>2.644</b>

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER		
	2021	2020
Venda de soja (*)	518.000	518.000
Venda de soja	4.052.741	2.170.688
Valores a receber - arrendamento de terras (**)	1.527.746	1.527.746
(-) Perdas - Redução valor recuperável (***)	(2.045.746)	(2.045.746)
<b>Total de Contas a Receber</b>	<b>4.052.741</b>	<b>2.170.688</b>

NOTA 6 – IMPÓSTOS A RECUPERAR						
	2021	2020				
Valores em garantia - CVM	80.716	80.716				
<b>Total de Valores em Garantia</b>	<b>80.716</b>	<b>80.716</b>				

NOTA 7 – VALORES EM GARANTIA						
	2021	2020				
Valores em garantia - CVM	80.716	80.716				
<b>Total de Valores em Garantia</b>	<b>80.716</b>	<b>80.716</b>				

NOTA 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER						
	2021	2020				
Adiantamentos a diretoria	87.300	87.300				
<b>Total de Outras Contas a Receber</b>	<b>87.300</b>	<b>87.300</b>				

NOTA 9 – IMOBILIZADO						
	2021	2020				
Terras	76.736	76.736				
Edificações	677.018	677.018				
Máquinas e Equipamentos	196.069	196.069				
Móveis e Utensílios	7.083	7.083				
Veículos	131.302	131.302				
Benefícios em Andamento	-	-				
<b>Total</b>	<b>913.028</b>	<b>913.028</b>				

NOTA 10 – FORNECEDORES						
	2021	2020				
Fornecedores Nacionais	35.107	365.431				
<b>Total de Fornecedores</b>	<b>35.107</b>	<b>365.431</b>				

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS						
	2021	2020				
Honorários a pagar	46.220	20.647				
Salários a pagar	1.920	1.920				
INSS a Recolher	16.546	9.190				
FGTS	251	251				
Provisão de Férias	4.384	4.302				
Rescisões a pagar	280	280				
<b>Total de Obrigações Sociais</b>	<b>69.601</b>	<b>36.590</b>				

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS						
	2021	2020				
Provisão para Imposto de Renda	50.995	26.176				
Provisão para Contribuição Social	45.895	23.558				
IRRF s/ Folha de Pagamento	25.359	14.668				
IRRF s/ Prestação de Serviços	135	242				
PIIS Retido na Fonte	59	105				
COFINS Retido na Fonte	270	484				
CSLL Retido na Fonte	8,499	162				
Parcelamento Simplificado	9,499	8,219				
<b>Total Circulante</b>	<b>131.302</b>	<b>73,614</b>				
<b>Não Circulante</b>	<b>45,227</b>	<b>45,227</b>				
Parcelamento Simplificado	7,083	15,069				
<b>Total Não Circulante</b>	<b>7,083</b>	<b>15,069</b>				
<b>Total das obrigações sociais</b>	<b>138,385</b>	<b>88,683</b>				

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS						
	2021	2020				
Dividendos a pagar	677.018	-				
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>677.018</b>	<b>-</b>				

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS						
14.1 Contingências Prováveis						
	2021	2020				
Contingências Cívicas	76.736	76.736				
<b>Total de Provisão de Contingências</b>	<b>76.736</b>	<b>76.736</b>				

a) Processo nº 0046878-42.2012.8.16.0001 No exercício de 2019 a Agropesp teve decisão desfavorável na ação contra a Insol Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda. A ação foi julgada improcedente. A ré interpôs embargos de declaração, que foram improvidos e recurso de apelação, que foi provido em parte, onde condenou o pagamento de honorários de sucumbência. Caso a ré Insol Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda. de início ao cumprimento de sentença a perda é provável segundo os assessores jurídicos. O valor corresponde a esta contingência representa R\$ 75.352. b) Processo nº 8582/2010000852-19.2010.8.16.0001 No exercício de 2018 foi provisionado R\$ 1.286 (provável perda em relação a sucumbência), referente processo civil Insol Intertrading do Brasil Ind. e Com. Ltda (embargos a execução de título extrajudicial), arquivado provisoriamente. Como trata-se de risco provável a Administração reconheceu no passivo esta contingência O valor corresponde a esta contingência representa R\$ 1.384. 14.2 Contingências Possíveis a) Processo nº RJ/2003-00708 Execução das Taxas de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos meses jul/1995 à out/1997 contra a Agropesp. O valor da causa corresponde a R\$ 22.816,76 e o valor estimado é de R\$ 130.055,66. b) Processo nº 2005.36.00.017415-0 e 2005.36.00.017418-1 Execução da Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, referente aos trimestres de jan/1998 à out/2001 contra a Agropesp. O valor da causa corresponde a R\$ 99.682,26 e o valor estimado é de R\$ 409.873,07. c) Processo nº 2009.36.00.019807-9 Execução das

NOTA 15 – EMPRESAS COLIGADAS						
	2021	2020				
Madeiraira Thomasi S.A.	196,069	-				
<b>Total de Empresas Coligadas</b>	<b>196,069</b>	<b>-</b>				

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.461 (mil, quatrocentos e sessenta e um reais), o qual é dividido em 15.220.940 (quinze milhões, duzentas e vinte mil, novecentos e quarenta e quatro reais) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 13.777.507 (treze milhões, setecentas e setenta e sete mil, quinhentas e sete) ações ordinárias e 1.443.433 (um milhão, quatrocentas e quarenta e três mil, quatrocentas e trinta e três) ações preferenciais.						

NOTA 17 – RECEITA COM VENDAS E SERVIÇOS						
	2021	2020				
Venda de Soja	2.899.587	6.184.727				
Arrendamento Rural	1.619.580	1.602.186				
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.519.167</b>	<b>7.786.913</b>				
(-) Impostos s/ Vendas	(59.115)	(58.481)				
<b>Receita com Vendas e Serviços</b>	<b>4.460.052</b>	<b>7.728.432</b>				

NOTA 18 – DESPESAS (RECEITAS) FINANCEIRAS						
	2021	2020				
Receitas Financeiras	4.753	5.622				
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	4				
Descontos Obtidos	-	5				
Multa e Juros Ressarcidos	-	-				
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>4.753</b>	<b>5.627</b>				
Despesas Financeiras	-	-				
Multa e Juros	(4.127)	(4.648)				
Despesas bancárias	(2.629)	(3.329)				
IRRF s/ Aplicação Financeira	(1.068)	(866)				
Outras despesas financeiras	(910)	(22)				
<b>Total das (Despesas) Financeiras</b>	<b>(8.734)</b>	<b>(8.865)</b>				
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(3.977)</b>	<b>(3.238)</b>				

NOTA 19 – EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
A Administração da AGROPESP – AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. está acompanhando os possíveis impactos da pandemia de Covid-19 em suas atividades, e até a emissão destas demonstrações financeiras, não identificou riscos a sua continuidade operacional, tampouco alterações em suas estimativas e julgamentos contábeis. Todos os protocolos da Organização Mundial de Saúde foram adotados para oferecer aos colaboradores um ambiente de trabalho seguro e com condições para o enfrentamento da Covid-19. A Administração entende que as medidas adotadas foram suficientes para mitigar eventuais riscos de continuidade de suas operações, e vem acompanhando as informações divulgadas pelos órgãos governamentais e adota todas medidas sanitárias necessárias ao combate da pandemia.						

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

As Diretores e Acionistas da AGROPESP – AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. União da Vitória – PR. Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações financeiras da AGROPESP – AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). **Base para opinião com ressalva** A empresa não vem utilizando a base de cálculo adequada dos impostos incidentes sobre a receita de arrendamento (IRPJ e CSLL) sendo o correto 32% e o que vem sendo utilizado considera 8%, conforme determina a legislação fiscal. Esta contingência tributária importa em R\$ 746.903,69 (em 31 de dezembro de 2021), que não está refletida nas demonstrações contábeis. Consequentemente o patrimônio líquido teria sido reduzido neste valor. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGROPESP – AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros Assuntos** As demonstrações financeiras da AGROPESP – AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. do exercício de 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Joinville (SC), 20 de abril de 2022.

**SIMONE MATHIAS LEITE**  
Contador CRC (RS) nº 053.378/T-SC  
CNAI 3252

**JEFFERSON CRISTIAN KAMANSKI**  
Contador CRC (SC) nº 042020-0-4  
CNAI 5763

SAPPYA AUDITORES E CONSULTORES CRC (SC) nº 8.745-01-CVM nº 12.106

FAÇA SUA ASSINATURA!

3333-9800

(41)

## OUROVERDE

## Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

CNPJ/ME nº 75.609.123/0001-23 - NIRE 41.300.078.424 - Companhia Aberta

## Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Maio de 2022

**I. Data, Hora e Local:** Realizada aos 30 dias do mês de maio de 2022, às 09:00 horas, na sede social da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia"), na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3136, Cidade Industrial, CEP 81.170-220. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 19, parágrafo quarto, do estatuto social da Companhia. **III. Mesa:** Presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Alexandre Honore Marie Thiollier Neto ("Presidente"), e secretariada pela Sra. Laura Rymyszka Barbosa, conforme indicação do Presidente. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (i) realização da décima primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única ("Debêntures"), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), no valor total de R\$350.000.000,00 (respectivamente "Emissão" e "Valor Total da Emissão"); (ii) autorização aos Diretores da Companhia a praticarem todo e qualquer ato, celebrarem todos e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas sem limitação, (a) a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido); (b) a contratação de instituições financeiras intermediárias devidamente habilitadas para serem responsáveis por coordenar e intermediar a Oferta Restrita, assim como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, à Oferta Restrita e às Debêntures, incluindo, mas sem limitação, o assessor legal da Oferta Restrita, agente fiduciário, agência de rating, agente de liquidação e escriturador; e (iii) ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia e demais representantes legais da Companhia, em consonância com as deliberações acima. **V. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram: (i) a realização da décima primeira Emissão das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no montante de R\$350.000.000,00, nos termos e condições a serem estabelecidas no "Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Escritura de Emissão"), com as seguintes características: (a) **Número da Emissão:** A emissão das Debêntures representa a 11ª emissão de debêntures da Companhia; (b) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"); (c) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$350.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo). (d) **Número de séries:** As Debêntures serão emitidas em série única; (e) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 350.000 Debêntures. (f) **Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 (acessando, no máximo, 75 Investidores Profissionais) e os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, da 11ª Emissão Pública da Ouro Verde Locação e Serviço S.A." ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e (iii) custódia eletrônica na B3. (g) **Distribuição Parcial:** Não haverá distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta Restrita; (h) **Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta Restrita serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia e destinados ao reforço de caixa da Companhia; (i) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (j) **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão o prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data definida na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures"); (k) **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (l) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica; (m) **Forma:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por este extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade das Debêntures; (n) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida, exponencialmente, de spread (sobretaxa) de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano-base de 252 Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário), desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão), ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, observado o disposto na Escritura de Emissão. (o) **Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de novembro de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 24 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam titulares das Debêntures ("Debenturistas") ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento previsto na Escritura de Emissão. (p) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela será devida em 24 de maio 2026, e a segunda parcela na Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "Data de amortização das Debêntures") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de amortização das Debêntures	Percentual do saldo do valor nominal unitário a ser amortizado
1ª	24 de maio 2026	50,0000%
2ª	24 de maio 2027	100,0000%

(q) **Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa e Oferta de Resgate Antecipado:** Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá optar (i) a partir do 24º mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ou (ii) a qualquer tempo, desde que ocorra uma alteração do Controle (conforme definido na Escritura de Emissão); a seu exclusivo critério, por realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) e prêmio de resgate. Os Debenturistas, por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, farão jus ao pagamento equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescidos (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo") e (b) de prêmio de resgate equivalente a 0,50% ao ano, base 252 dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a data de vencimento das Debêntures incidentes sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado na forma prevista na Escritura de Emissão. **Amortização Extraordinária.** Não será admitida a realização de amortização extraordinária das Debêntures. **Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de oferta de resgate antecipado. As Debêntures resgatadas pela Companhia, serão obrigatoriamente canceladas; (r) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, bem como as demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (s) **Garantias:** As Debêntures não contarão com qualquer tipo de garantia ou privilégio; (t) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impropriedade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória equivalente a 2%; e (ii) juros moratórios à razão 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago; (u) **Vencimento Antecipado:** Eventos de vencimento antecipado usuais a este tipo de operação, semelhantes àqueles vigentes nas atuais emissões de valores mobiliários da Companhia e a serem previstos na Escritura de Emissão, que foi apresentada aos conselheiros na presente reunião e ficará arquivada na sede da Companhia; (v) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição delas, desde que seja aplicado de forma igualitária a todos os investidores, em cada integralização. (ii) a autorização expressa à Diretoria da Companhia e demais representantes legais da Companhia para negociar, formalizar, efetivar e administrar as deliberações tomadas nesta reunião, bem como a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos, incluindo a celebração de eventuais aditamentos a esses documentos, necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à celebração: (i) da Escritura de Emissão; (ii) do Contrato de Distribuição; (iii) da contratação dos Coordenadores e outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras da Oferta Restrita, incluindo o Coordenador Líder; e (iv) da contratação dos prestadores de serviços inerentes às Debêntures, incluindo, os assessores legais, o agente fiduciário, o agente de liquidação, a agência de rating, o escriturador, as entidades de mercado de balcão organizado, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários e demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta Restrita. A Diretoria também poderá realizar a publicação, o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta Restrita perante os órgãos competentes e o registro da Oferta Restrita perante os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários na B3; (iii) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia e demais representantes legais da Companhia, em consonância com as deliberações acima. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto - Presidente. Laura Rymyszka Barbosa - Secretária. **Conselheiros:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto; Ana Lucia Poças Zambelli; Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha; e Felipe Cardoso de Gusmão Cunha. Curitiba, 30 de maio de 2022. **Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração arquivado na sede da Companhia. Laura Rymyszka Barbosa - Secretária.**

# FAÇA SUA ASSINATURA!

# (41) 3333-9800

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**  
CNPJ: 76.527.951/0001-85 NIRE 41300052212  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE MARÇO DE 2022**  
**DATA, LOCAL E HORA:** Em 14 de março de 2022, às 10 horas, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.690-100. **CONVOCAÇÃO:** Formalidades de convocação dispensadas, conforme a previsão do artigo 133, § 4º, da Lei 6.404/1976, dada a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social. **PRESENCAS:** Presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes no livro "Presença de Acionistas". Ainda, na qualidade de secretário da mesa, Sr. **Maurilio Muller**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado inscrito na OAB/PR sob o n. 31.765, portador do RG n. 6.772.306-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 022.258.999-08, residente e domiciliado na Rua Emilio Cornelsen, 500, ap. 101, bairro Ahú, Curitiba, Paraná, CEP 80540-220. **MESA:** Presidente: Rogério Macedo Borio; Secretário: Maurilio Muller. **ORDEM DO DIA:** Reeleição dos membros do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÕES:** 1) Considerando que o mandato dos membros do Conselho de Administração findará em 13 de abril de 2020, a acionista decide antecipar seu fim e reeleger os membros para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir da presente data. Desta forma, são reeleitos: • **Rogério Macedo Borio**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG n. 297.467 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 000.003.299-91, residente e domiciliado na Avenida Dom Pedro II, 367, ap. 1001, Bloco 02, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80420-060, na qualidade de **Presidente do Conselho de Administração**; • **Bernardo Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.358.925-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 026.657.759-80, residente e domiciliado na Rua Amaury Lange Silvério, 60, Casa 02, Pilarzinho, Curitiba, Paraná, CEP 82120-000, na qualidade de **conselheiro**; • **Francisco Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.110.185-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 030.029.799-88, residente e domiciliado na Rua João Batista Dallarmi, 535, Casa 16, Santo Inácio, Curitiba, Paraná, CEP 82010-610, na qualidade de **conselheiro**; e • **Leonardo Coraiola Borio**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG n. 5.136.193-8 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 014.988.619-54, residente e domiciliado na Rua Justo Manfron, 225, casa 10, Santa Felicidade, Curitiba, Paraná, CEP 82410-540, na qualidade de **conselheiro**. Os mandatos dos Conselheiros reeleitos vigorarão por 02 (dois) anos a contar desta data. Os Conselheiros reeleitos acima nomeados e qualificados declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer tal função por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei 6.404/1976. **ENCERRAMENTO, LAVATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os presentes.

**ROGERIO MACEDO BORIO**  
Presidente da Reunião

**MAURILIO MULLER**  
Secretário

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Em virtude de deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ sob o número 76.527.951/0001-85 o Sr. **Rogério Macedo Borio**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG n. 297.467 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 000.003.299-91, residente e domiciliado na Avenida Dom Pedro II, 367, ap. 1001, Bloco 02, Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80420-060, foi eleito como Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Conselheiro eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Presidente do Conselho de Administração ora empossado tem início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2024.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**ROGERIO MACEDO BORIO**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Em virtude de deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85 o Sr. **Bernardo Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.358.925-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 026.657.759-80, residente e domiciliado na Rua Amaury Lange Silvério, 60, Casa 02, Pilarzinho, Curitiba, Paraná, CEP 82120-000, foi eleito como Conselheiro da Companhia. O Conselheiro eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Conselheiro ora empossado tem início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2024.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**BERNARDO CORAIOLA BORIO**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Em virtude de deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85 o Sr. **Francisco Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.110.185-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 030.029.799-88, residente e domiciliado na Rua João Batista Dallarmi, 535, Casa 16, Santo Inácio, Curitiba, Paraná, CEP 82010-610, foi eleito como Conselheiro da Companhia. O Conselheiro eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Conselheiro ora empossado tem início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2024.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**FRANCISCO CORAIOLA BORIO**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Em virtude de deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85, o Sr. **Leonardo Coraiola Borio**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG n. 5.136.193-8 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 014.988.619-54, residente e domiciliado na Rua Justo Manfron, 225, casa 10, Santa Felicidade, Curitiba, Paraná, CEP 82410-540, foi eleito como Conselheiro da Companhia. O Conselheiro eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Conselheiro ora empossado tem início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2024.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**LEONARDO CORAIOLA BORIO**  
**IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)**

CPF/CNPJ	Nome
00000329991	ROGERIO MACEDO BORIO
02225899908	MAURILIO MULLER
02665775980	BERNARDO CORAIOLA BORIO
03002979988	FRANCISCO CORAIOLA BORIO
08527744864	MAURO BARROS DE ABREU

Registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20221821503 em 28/03/2022.

**PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A**  
CNPJ: 76.527.951/0001-85 NIRE 41300052212  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2022**  
**DATA, LOCAL E HORA:** Em 14 de março de 2022, às 10 horas, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.690-100. **PRESENCAS:** Esteve presente a totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, sendo o Presidente Sr. **Rogério Macedo Borio** e os demais membros Srs. **Francisco Coraiola Borio**, **Bernardo Coraiola Borio**, e **Leonardo Coraiola Borio**. Ainda esteve presente como secretário da mesa o Sr. **Maurilio Muller**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado inscrito na OAB/PR sob o n. 31.765, portador do RG n. 6.772.306-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 022.258.999-08, residente e domiciliado na Rua Emilio Cornelsen, 500, ap. 101, bairro Ahú, Curitiba, Paraná, CEP 80540-220. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação diante do comparecimento de todos os membros do Conselho de Administração. **MESA:** Presidente: Rogério Macedo Borio; Secretário: Maurilio Muller. **ORDEM DO DIA:** Reeleição da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração, conforme os poderes do Artigo 11º, I, do Estatuto Social, decidem antecipar o final do mandato dos membros da Diretoria, com o objetivo de reeleger-los para um novo mandato, com início na presente data. Desta forma, decidem, por unanimidade, reconduzir, para um mandato de 3 (três) anos, os seguintes Diretores: • **Maurilio Muller**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado inscrito na OAB/PR sob o n. 31.765, portador do RG n. 6.772.306-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 022.258.999-08, residente e domiciliado na Rua Emilio Cornelsen, n. 500, ap. 101, Ahú, Curitiba, Paraná, CEP 80540-220, para o cargo de **Diretor Jurídico** da Companhia; e • **Mauro Barros de Abreu**, brasileiro, solteiro, administrador, portador do RG n. 20.478.408-6 SSP-SP, inscrito no CPF sob o n. 085.277.448-64, residente e domiciliado na Rua Professor Dário Veloso, 36, ap. 201 B, Vila Izabel, Curitiba, Paraná, CEP 80320-050, para o cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro** da Companhia. • **Francisco Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.110.185-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 030.029.799-88, residente e domiciliado na Rua João Batista Dallarmi, 535, Casa 16, Santo Inácio, Curitiba, Paraná, CEP 82010-610, o qual exercerá concomitantemente os cargos de **Diretor Gerente** e **Diretor de Operações** da Companhia; e • **Bernardo Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador do RG n. 6.358.925-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 026.657.759-80, residente e domiciliado na Rua Amaury Lange Silvério, 60, Casa 02, Pilarzinho, Curitiba, Paraná, CEP 82120-000, para o cargo de **Diretor Comercial** da Companhia. Os Diretores eleitos, ora empossados, declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. Os novos mandatos dos Diretores acima designados terão início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-ão em 13 de março de 2025, devendo ser estes considerados imediatamente prorrogados até a data da investidura dos novos diretores, nos termos do artigo 150, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, independente de nova deliberação deste Conselho de Administração. Os Diretores são investidos neste ato mediante assinatura dos Termos de Posse, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **ENCERRAMENTO, LAVATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Certifica-se que a presente Ata é cópia fiel daquela lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, assinada por todos os Conselheiros.

**ROGERIO MACEDO BORIO**  
Presidente

**MAURILIO MULLER**  
Secretário

**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA**  
Em virtude de deliberação tomada na Reunião Conselho de Administração da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85 o Sr. **Maurilio Muller**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, advogado inscrito na OAB/PR sob o n. 31.765, residente e domiciliado na Rua Emilio Cornelsen, n. 500, apartamento 101, bairro Ahú, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.540-220, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.772.306-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 022.258.999-08, foi eleito como Diretor Jurídico da Companhia. O Diretor eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Diretor ora empossado terá início em 14 de março e encerrar-se-á em 13 de março de 2025.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**MAURILIO MULLER**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA**  
Em virtude de deliberação tomada na Reunião Conselho de Administração da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85 o Sr. **Mauro Barros De Abreu**, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado na Rua Professor Dário Veloso nº 36, apartamento 201 B, Vila Izabel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 20478408-6 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.277.448-64, para o cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro** da Companhia. O Diretor eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Diretor ora empossado terá início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2025.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**MAURO BARROS DE ABREU**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA**  
Em virtude de deliberação tomada na Reunião Conselho de Administração da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85, o Sr. **Francisco Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado no Estado do Paraná, cidade de Curitiba, na Rua João Batista Dallarmi, nº 535, Casa nº 16, Santo Inácio, CEP 82.010-610, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.110.185-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.029.799-88, o qual exercerá concomitantemente os cargos de **Diretor Gerente** e **Diretor de Operações** da Companhia. O Diretor eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Diretor ora empossado terá início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2025.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**FRANCISCO CORAIOLA BORIO**  
**TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA**  
Em virtude de deliberação tomada na Reunião Conselho de Administração da **PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A** localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, n. 11.807, Km 100, Hauer, Curitiba, Paraná, CEP 81.690-100, inscrita no CNPJ/MF sob o número 76.527.951/0001-85, o Sr. **Bernardo Coraiola Borio**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado no Estado do Paraná, Cidade de Curitiba, à Rua Amaury Lange Silvério, nº 60, Casa nº 02, Pilarzinho, CEP 82.120-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.358.925-0 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº 026.657.759-80, para o cargo de **Diretor Comercial** da Companhia. O Diretor eleito, ora empossado, declara, sob as penas da lei, não estar impedido por lei especial de exercer a administração e direção de sociedades anônimas, nem ter sido condenado a pena de que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública e o crédito ou à propriedade. O mandato do Diretor ora empossado terá início em 14 de março de 2022 e encerrar-se-á em 13 de março de 2025.

Curitiba, 14 de março de 2022.

**BERNARDO CORAIOLA BORIO**  
Certificamos que o ato da empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A consta assinado digitalmente por:

**IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)**

CPF/CNPJ	Nome
00000329991	ROGERIO MACEDO BORIO
02225899908	MAURILIO MULLER
02665775980	BERNARDO CORAIOLA BORIO
03002979988	FRANCISCO CORAIOLA BORIO
08527744864	MAURO BARROS DE ABREU

Registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20221726357 em 21/03/2022.

**Consulte nossa equipe de Publicidade Legal:**  
Ligue 41 3333-9800  
publegal@induscom.com.br  
ou pt@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 02/06/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

